

Conferência da Tabela de Questões

Disciplina A - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Questão 01

	Itens = 8.0
A) Identificação pertinente do risco: Aponta um risco consistente (ex: baixa apropriação cidadã, descontinuidade institucional, exclusão social, baixa usabilidade da plataforma, etc.)	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
A.1) Grau de fluência e coerência da exposição.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
B) Ação concreta, factível e compatível com as atribuições do EPPGG: a proposta demonstra viabilidade prática, relação direta com a função do EPPGG e foco em ampliar a apropriação cidadã dos dados.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
B.1) Grau de fluência e coerência da exposição.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
C) Promoção da inclusão e controle social: A ação considera públicos vulneráveis e se alinha a estratégias de democratização do acesso à informação.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
C.1) Grau de fluência e coerência da exposição.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
D) Fundamentação técnica e alinhamento ao governo aberto: A proposta está conectada aos princípios de governo aberto e à literatura de Administração Pública.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
D.1) Grau de fluência e coerência da exposição.	0.00 2.00 4.00 6.00 8.00 10.00
Nota da Questão 01 - Gabarito 1	80

Questão 02

Gabarito 1 (espelhoA02.pdf)	Itens = 8.0
A) Lucas pode responder pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, porquanto, nos termos do Art. 2º, caput, da Lei nº 8.429-1992, para os efeitos da referida legislação, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º da legislação de regência.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00

A.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00 2.50 5.00
B) Caso um servidor público esteja concorrendo, dolosamente, para que terceiro se enriqueça ilicitamente, restará caracterizado ato doloso de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, na forma do Art. 10, inciso II, da Lei nº 8.429-1992.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
B.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00 2.50 5.00
C) Sim. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição ao erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito, nos termos do Art. 16, caput, da Lei nº 8.429-1992.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
C.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00 2.50 5.00
D) No caso apresentado, seria cabível a interposição do agravo de instrumento, por se tratar de decisão que indefere a medida relativa à indisponibilidade de bens, na forma do Art. 16, §9º, da Lei nº 8.429-1992.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
D.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00 2.50 5.00
Nota da Questão 02 - Gabarito 1	40
Questão 03	
	Itens = 8.0
A) Externalidade negativa de produção, onde a usina industrial impõe custos a terceiros sem compensá-los (2 pontos). Essa falha de mercado compromete a eficiência econômica pois a produção excede o nível socialmente ótimo (3 pontos).	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
A.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
B) O custo privado da usina (insumos, mão de obra, capital) não incorpora o custo social total que inclui os danos ambientais (3 pontos); preço de mercado não reflete o verdadeiro custo social da produção (2 pontos).	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
B.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00
C) 1) Impostos pigouvianos que internalizem o custo externo, elevando o custo privado ao nível do custo social, embora seja difícil mensurar o valor exato do dano (3 pontos); 2) Regulamentação direta que limite a quantidade de poluição permitida, estabelecendo padrões e multas por descumprimento, o que pode ser inflexível e gerar custos de fiscalização (3 pontos). Outros exemplos de intervenção possíveis de serem mencionados: Subsídios à tecnologia limpa ou tratamento de resíduos; Licenças negociáveis de emissão; Responsabilização civil ou penal (mecanismos legais); ou Intervenção indireta via campanhas informativas ou certificações ambientais.	0.00 1.00 2.00 3.00 4.00 5.00 6.00

C.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00
	1.00
	2.00
	3.00
	4.00
	5.00
D) O Teorema de Coase sugere que, com direitos de propriedade bem definidos e custos de transação baixos (2 pontos), as partes poderiam negociar privadamente uma solução eficiente (2 pontos). Contudo, na prática, enfrentam obstáculos como o grande número de afetados, assimetria de informação e poder de barganha desigual entre a usina e comunidades (3 pontos).	6.00
	0.00
	1.00
	2.00
	3.00
	4.00
D.1) Grau de conhecimento do tema demonstrado, fluência e coerência da exposição.	0.00
	1.00
	2.00
	3.00
	4.00
Nota da Questão 03 - Gabarito 1	40